

Estes empresários insistem: mais controle dos gastos públicos e menos ingerência.

Outra reivindicação: que o resíduo salarial seja pago em duas vezes.

Empresários e trabalhadores controlando os gastos do governo, mais empenho na redução do déficit público, menor ingerência do Estado na economia, pagamento do resíduo salarial em duas e não em seis vezes, como quer o governo. Estes são alguns dos pontos de consenso entre as entidades empresariais, segundo uma pesquisa feita pelo PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), movimento criado em junho passado.

Paulo Butori, um dos coordenadores do movimento — que baseou sua pesquisa em 600 propostas apresentadas por vários empresários — disse que o resultado revela “que a maioria dos empresários pensa de acordo com o PNBE”. No entanto, salientou Butori que é presidente da Abifa (Associação Brasileira da Indústria de Fundição), a iniciativa não representa qualquer dissidência diante da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), ao contrário, “trata-se de uma atitude no sentido de somar esforços para ampliarmos a luta da Federação”.

O resultado da pesquisa será enviado ao presidente da Fiesp, Mário Amato, e, em seguida, ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira. O trabalho foi apresentado a 117

entidades empresariais: 81 (69%) responderam e 36 (31%) não responderam ao PNBE. Isso quer dizer que, dos empresários ouvidos, 64 (79%) apóiam o documento que reflete o pensamento do PNBE e 3 (3,7%) não apóiam; 2 (2,5%) ficaram de se manifestar à Fiesp e 12 (14,8%) ainda irão analisar as teses do movimento.

23 JUL 1987

Entre outras questões, a pesquisa avalia o Plano Bresser e revela que, embora ele represente mais uma intervenção na economia, era necessário para conter a inflação. Botori observou que de certo modo o Plano Bresser, e agora o Plano Macroeconômico, responde a uma reivindicação apresentada anteriormente pelos empresários, “que era a de dar um sentido para a economia não apenas no curíssimo ou curto prazo, mas também para o médio e longo prazo”.

No entanto, Oded Grajew — outro coordenador no PNBE e presidente da Abrinq (Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos) — resumiu o pensamento dos participantes, que faz parte do documento: é preciso dar, de uma vez por todas, transparência às decisões de governo. “O dinheiro do governo é fruto da arrecadação e pertence a todos nós. Por isso — disse Grajew —

precisamos saber onde ele está sendo usado e como está sendo usado.”

Segundo Oded Grajew e Joseph Couri, do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), essa postura deve se estender a outras iniciativas tomadas também por entidades empresariais e de trabalhadores. No caso do pacto social (que vem sendo articulado pelo Fórum Informal de Empresários, uma espécie de central sindical patronal, que o governador Orestes Quérzia está tentando coordenar, desde anteontem), Couri lembra que “não fomos sequer consultados”.

No entanto, Couri, Emerson Kapaz, presidente do Sindicato da Indústria de Instrumentos Musicais e Brinquedos, e Salo Davi Seibel (todos do PNBE) observam que a iniciativa do Fórum e a conversa de Mário Amato, amanhã, com líderes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), na sede da Fiesp, “são profundamente válidas”. Grajew acha, no entanto, que a iniciativa deverá frutificar apenas a longo prazo, já que um entendimento mais amplo exige entidades patronais e de trabalhadores mais representativas.

JORNAL DA TARDE
Sérgio Leopoldo Rodrigues